

Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem

Gustavo Silva Saldanha*

Resumo Analisa o campo da organização dos saberes a partir da filosofia da linguagem. Problematiza a virada lingüística e sua importância no campo informacional. Critica a terminologia adotada para classificar o campo que atua com preservação, representação e transmissão de conceitos e artefatos que possibilitam a construção coletiva do conhecimento. Categoriza a tradição representacionista e a tradição pragmática. Descreve as tradições epistemológicas do campo informacional fundadas em uma filosofia da linguagem através das manifestações institucionais que atravessaram o século XX.

Palavras-chave epistemologia da ciência da informação; filosofia da linguagem; tradição epistemológica – Tradição pragmática – Tradição representacionista

Epistemological traditions in studies of knowledge organization: a historical-epistemic reading based on the philosophy of language

Abstract The article examines the field of organization of knowledge building on the philosophy of language. Questions the linguistic turn and its importance in the informational field. Criticizes the terminology used to classify the field that works with preservation, representation and transmission of concepts and artifacts that allow the collective construction of knowledge. Categorizes the representationalist tradition and the pragmatic tradition. Describes the epistemological traditions of the informational field based on a philosophy of language in institutional manifestations across throughout the twentieth century.

Keywords epistemology of information science; philosophy of language; epistemological tradition; pragmatic tradition; representationalist tradition

Primeiras aproximações

Ao longo da história das idéias dos estudos informacionais podemos identificar diferentes cartografias que procuram apontar os destinos de nossa trajetória epistemológica. É comum estas

* Mestre em Ciência da Informação (ECI/UFMG). Doutorando em Ciência da Informação (IBICT/FACC/UFRJ). Professor Assistente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bibliotecário da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Rua Senador Vergueiro, 218/512, CEP 22 230 001. Flamengo – Rio de Janeiro (RJ). Email:gustavosilvasaldanha@gmail.com

cartografias partirem das movimentações do bojo da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, do pós-guerra, concentrando-se nos anos 1960. Desta maneira, revisões como esta contribuem para o desenvolvimento de uma formação discursiva voltada para a versão kuhniana da historiografia da ciência dentro da área predicada como “da informação”, um pensamento que observa a Ciência da Informação (CI) como um permanente “renovar” de paradigmas. Principalmente, tais revisões, sem necessariamente afirmarem tal condição, ampliam a noção kuhniana de que a CI nasceu de um novo paradigma e estabeleceu-se anulando antigas concepções epistemológicas dos estudos da informação.

Nesta linha historiográfica, parece não existir nada antes do neologismo “ciência da informação” no plano destes estudos, senão paradigmas anulados, teorias obsoletas diante das novas exigências sócio-técnicas do mundo pós-moderno, ou ainda pseudo-disciplinas, como se o que conhecemos dentre as margens frágeis da idéia de “ciência da informação” representasse uma estrutura científica esclarecida. É uma linha que se confunde, ao identificar o “pioneirismo” da CI, com o aparecimento do próprio termo “ciência da informação” dentro do escopo dos estudos de organização do conhecimento e, por vezes, nos faz imaginar, pelo fascínio da linguagem, que a institucionalização do mesmo e sua legitimação é a fonte estrutural de uma “nova” ciência para um “novo” pensamento na árvore das especializações. Parte deste olhar historiográfico sustenta-se exatamente na idéia da interdisciplinaridade, contrapondo-se à departamentalização da ciência do novecentos, quando na verdade os pressupostos filosóficos de uma possível “nova” área eram fundamentalmente fundados na idéia de uma especialização positivista e tecnicista para investigar a informação. Assim, em Capurro (2003), encontramos uma, dentre muitas, das cartografias trifocais da CI, que discute a epistemologia da área dividida entre um paradigma físico, objetivo e coisificador; um paradigma cognitivo, objetivo e modelizador; e um paradigma social, pragmático e com forte fundamentação hermenêutica.

Ao propormos uma reflexão filosófica, tendo por orientação a filosofia da linguagem no âmbito do campo, identificamos uma outra arena discursiva para tratar da cartografia meta-científica da CI. A leitura proposta conduziu nossa interpretação a um olhar mais crítico – como a “filosofia do não” de Gaston Bachelard nos convoca para as leituras epistemológicas – acerca das promessas, afirmações e negações dentro do escopo de argumentação teórica da CI nos últimos anos. O enfoque nos permitiu uma justificativa social, política e epistemológica mais coerente para o uso de um macro-conceito “ciência da informação”, assim como atualmente procuram adotar a conceituação. Desta maneira, quando falamos genericamente na “ciência” Ciência da Informação tratamos dos estudos de organização do conhecimento ou dos saberes – e não de um “saber” isolado, que paradoxalmente buscava se legitimar como interdisciplinar, e que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial.

Nosso horizonte foi procurar/indagar por uma panorâmica filosófica, na busca por antecipar o imprescindível olhar prático da área com uma construção reflexiva. É neste contexto que nos aproximamos da filosofia da linguagem. Fruto da dissertação de mestrado desenvolvida no programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da prof. Dra. Maria A. Moura, entre os anos de 2006 e 2008, a aproximação nos levou a pensar a história e o pensamento da CI a partir do olhar filosófico que tem a linguagem como solo e atmosfera – e, desta maneira, colaborar para um pensar sobre a historiografia da área, escasso em termos reflexivos, uma vez que fundado em cronologias de eventos atômicos. Nosso último foco voltou-se para uma tradição pragmática, ou seja, um conjunto de manifestações simbólicas dispersas na história do campo que comungam do ponto de vista pragmatista sobre a realidade. A análise da tradição através de uma filosofia da linguagem, no entanto, levou-nos até uma diferenciação parcial de um outro conjunto de práticas e de saberes, tratado em nosso contexto como representacionista.

Nas últimas décadas a pesquisa em Ciência da Informação – CI – recebeu a contribuição de teorias oriundas de diferentes campos. Nesse processo, assim como ocorreu e como atualmente se dá em diversos saberes, a CI vivenciou – e vivencia - um processo de reorientação de sua epistemologia, voltando-se para uma meta-reflexão focada na linguagem. Tratado por Jürgen Habermas (2004) como virada lingüística, este deslocamento filosófico se espalhou por disciplinas que vão da Psicologia à Economia, passando também pelas ciências exatas. Trata-se de uma movimentação que fundamentará uma epistemologia que tem na linguagem seu ponto de partida e seu ponto de chegada – mais do que meio, a linguagem é tomada como objeto, como pedra de toque para compreensão da realidade, esteja ela inserida em um discurso *mentalista* ou *fisicalista*.

Não se trata, pois, de um encontro de pensamentos, uma confluência de visões de mundo. Este deslocamento epistemológico representará, para Habermas (2004), a passagem das filosofias da consciência para as filosofias da linguagem. González de Gómez (1993, p. 220) demonstrará os percursos históricos desta passagem, que ultrapassa os momentos ontológico e gnosiológico chegando até uma virada pragmática. Neste itinerário, a partir da virada do século XIX para o XX, o signo é menos referenciado pelo seu “papel coadjuvante de instrumento”, e mais pelo seu papel nuclear de objeto do conhecimento, chegando à condição de objeto por excelência. Como afirma Capurro (1991), a “virada pragmática” vivenciada na CI pela hermenêutica e pela discussão em torno das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein tem implicações decisivas para os estudos de organização do conhecimento. De importância vital para o campo que trata da organização do conhecimento, mais do que afirmar um “momento epistemológico”, esta viragem permite-nos revisitar toda a trajetória dos estudos informacionais, uma vez reconhecida sua dependência conceitual e procedimental da linguagem. Esta leitura é, por fim, o resultado de nossa proposta.

Vocabulário de bolso

Ao encontrar os estudos de organização do conhecimento em instituições que alteram seus nomes para incluir em seus cenários o termo “informação” somos tentados, por diferentes autores, a reconhecer uma nova ciência. Sob um teatro de significantes circulamos por uma linha de rupturas paradigmáticas que, analisada a partir dos becos e travessas da CI, ou seja, suas práticas profissionais e de pesquisa, se esvazia. A revolução terminológica – uma revolução incompleta, pois cada escola, instituto e centro de pesquisa alterará a seu modo suas nomenclaturas, no jogo de formação de palavras que correlaciona os termos documentação, bibliografia, biblioteconomia e ciência da informação, entre outros – parece representar uma revolução epistemológica e é tratada como tal por diferentes autores. É sob este ponto crítico que nos provoca um olhar mais profundo, aproximando-nos, por exemplo, de Bachelard (1974). Não apenas por sua abissal missão de organização conceitual, mas também pelo próprio périplo de disputas simbólicas que provocou o estremecimento de noções no campo da organização do conhecimento ao longo do século XX, oriundo de batalhas ora silenciosas, ora ruidosas, no terreno teórico e no labirinto profissional, é dever cada vez mais imprescindível cuidar, neste campo, de esclarecer os conceitos adotados.

Chamamos de tradição pragmática a soma de semelhanças de família de abordagens sociológicas (intrinsecamente ligadas ao processo de contextualização) e antropológicas (o desdobramento do olhar sobre o outro, não em sua individualidade cognitiva, mas em sua socialidade, suas relações informacionais, sua individualidade comunicativa) – ou encontro do espírito humanista do trato

da transmissão dos saberes –, soma esta que aqui metodologicamente resulta em um voltar-se para a linguagem, aproximando-se de um pragmatismo informacional (no conceito filosófico de pragmatismo, voltado para o antidogmatismo, análise antropológica da linguagem e micro-estudo de contextos). Acreditamos que, segundo um referencial panorâmico, o que iluminamos como tradição pragmática, nossa paisagem epistemológica recente tratará sob outros termos... Capurro (1991, 2003) chamará de paradigma hermenêutico-retórico e paradigma social, Rendón Rojas (1996) de enfoque pragmático; Araújo (2003), abordagens micro-sociológicas; González de Gómez (1996a) de abordagem comunicacional.

Para evitar a redundância, mesmo sabendo não representarem estes os termos mais adequados, tratamos, por vezes, como sinônimo das abordagens cognitivas da CI a expressão “cognitivismo informacional”; como sinônimo das abordagens físicas, a expressão “fiscalismo informacional”. No plano da filosofia informacional, adotamos termos que nos conferem um olhar mais amplo, uma vez que, a expressão “ciência da informação” aparece como um entrave para pensar todos os deslocamentos dos estudos relacionados à organização do conhecimento. Deste modo, adotamos como sinônimos de uma grande área de estudos sobre organização dos saberes produzidos pelos homens, aquém e além da CI, os termos: “estudos da informação”, “estudos informacionais” - esta expressão também utilizada por Norman Roberts, em 1976 –, e “estudos da organização do conhecimento”, esta, expressão adotada, por exemplo, por Novellino (1996a). Para clarificar nossa linguagem, cabe-nos aqui interpretar, como González de Gómez (1996b), organização do conhecimento como o “modo pelo qual os conhecimentos se relacionam e diferenciam, nas práticas de sua produção e uso”. Esta definição nos permite desde já evitar uma linha de pensamento que aborda a CI apenas como ciência da representação.

Sabemos que a expressão “ciência da informação” é um neologismo do século XX, que indica um deslocamento de estudos da meta-representação da informação, a partir de uma ordem tecnológica. Os termos “ciência” e “informação” podem nos levar até significados mais vazios que concretos, o que nos faz acreditar que há algo epistemologicamente mais sólido antes – e no entorno – da institucionalização da expressão que reúne ambos. Desta forma, preferimos sediar este termo, no âmbito específico de nossa pesquisa, junto de outros, aproximando assim da mesma angústia de Mills (1975, p. 25-26). Como o sociólogo, que prefere “muito mais a expressão ‘estudos sociais’ do que ‘ciências sociais’ - [...] porque a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso”-, preferimos, se falamos, como atualmente os pesquisadores da área discursam, em uma macro ciência para a informação, em estudos de organização do conhecimento, ou dos saberes, ou apenas informacionais.

A questão das noções de “informação” e da “organização do conhecimento” é ponto crucial em nosso percurso. Quando falamos em estudos informacionais ou estudos da organização do conhecimento tratamos aqui do mesmo significado. Este foi um de nossos maiores desafios na travessia proposta. É preciso ficar claro que adotamos, em nosso contexto, o estudo da informação como estudo da organização do conhecimento – ou, como preferem Hjørland & Albrechtsen (1995), Lara (2002) e Campos & Gomes (2003), organização dos domínios do conhecimento - como sinônimos procuramos reafirmar a opção por uma história contextualizada, um percurso que não é refém da proliferação de usos que foram inferidos à informação no século XX, que escapam temporal e espacialmente das práticas desenvolvidas por pesquisadores e profissionais que atuam sob a sombra da expressão “ciência da informação”. Em outras palavras, pensar o campo (hoje consagrado com, no mínimo, duas expressões – *Informacion Science* e *Library and Information Science*) é pensar não em um objeto, mas em uma prática: organizar – conferir um arranjo a um conjunto de manifestações simbólicas ou materiais visando sua resistência no tempo (permanência) e seu acesso no espaço (liberdade).

O objeto/conceito manipulado por esta prática pode ser “informação”, “documento”, “texto”, “discurso”, “livro”, “narrativa”, “conceito”, “conhecimento”, e tantos outros. O contexto da ação de pesquisa e do olhar do pesquisador dentro do campo abordará o significativo que mais coerentemente justificar os significados de sua prática. Não é a informação que move o fazer informacional. Nossa prática se move por uma intervenção na realidade que reconfigura significados e, mais do que grande parte das áreas do conhecimento, redelimita significantes, demonstrando as suas fragilidades na complexidade cultural que se revela nas relações entre signo, significado e uso.

Esta questão, a grande adoração do conceito de informação no novecentos, apareceu como crítica no itinerário proposto – e é este o momento delicado para o qual alertamos: quando tratamos do percurso da tradição representacionista da organização do conhecimento, substancialmente marcado pela apropriação do conceito de informação para os estudos da voltados ao acesso e à preservação dos artefatos culturais, tratamos da informação, além de conceito, também como um fetiche que, por vezes, enfeitiça nossa percepção sobre a história da área – tendo a idéia de enfeitiçamento como categoria wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 1979) -, levando a pensá-la apenas como devota do que é “informacional”, ou seja, do que é representação.

O que Thomas Kuhn chama de estrutura das revoluções científicas, na seqüência – crise/ruptura-revolução/ciência-normal/crise – chamamos de deslocamento ou movimentação das apropriações teóricas, ou seja, das narrativas e interpretações dispersas na paisagem epistemológica. Ao pensarmos em deslocamentos, permitimo-nos um olhar que leva até a noção de circularidade epistemológica - por exemplo, podemos afirmar que não é algo “novo” na CI o discurso pragmático; é, antes, uma recontextualização em diferentes graus. Menos atentos à definição de paradigmas, estamos aqui mais sensíveis aos processos internos, sociais e dinâmicos, que levam ao desenho das tradições, definidas por posicionamentos teóricos, tendências políticas e tomadas de decisão institucionais.

Por “becos e travessas”, tomamos os possíveis núcleos discursivos da área. Desta maneira, temos os artigos e demais discursos científicos para além de sua “fiscalidade estática”, sua presentificação enquanto produto isolado do conhecimento; o artigo como diálogo, como ação, narrativa. Nossa noção aproxima-se, assim, daquela adotada por Mostafa (2004) para a produção científica, ou seja, o artigo como um artefato cultural. Mostafa (2004) procura um conceito para o artigo científico que não aquele adotado pelos documentalistas, ou seja, o artigo como base de verificabilidade científica.

Por fim, chegamos às noções mais caras à nossa análise na viagem ao interior da CI. Trata-se daquilo que denominamos de filosofia de pano de fundo, ou panorama, ou ambiência, ou cenário, sob a qual se assentam as movimentações dos estudos voltados para organizar os saberes. Trata-se de uma linha filosófica estrutural que está, implícita ou explícita, fundamentada nas práticas e nos discursos das diferentes nomenclaturas utilizadas para identificar estes estudos. A filosofia representacionista e a filosofia pragmatista são os dois panoramas que identificamos como identitários do campo. A noção de pano de fundo transmite o significado de que estes são dois cenários diante dos quais todo o campo voltado para organizar os saberes sempre esteve posicionado, ainda que não representem nem de longe os únicos sob os quais o mesmo se desenvolve.

Descrevendo o itinerário das tradições na epistemologia informacional

É importante notar que as categorizações/periodizações epistemológicas recentes acerca da história dos estudos informacionais - cuja principal missão científica é a organização do conhecimento, visando acesso/recuperação e preservação da memória dos saberes produzidos pelo homem -, partem da legitimação e institucionalização do termo “ciência da informação”, e não do deslocamento teórico de outros saberes fundamentalmente voltados para a organização do conhecimento, traduzidos, não sem uma nebulosidade semântica, pelos termos biblioteconomia, bibliografia e documentação. Assim, a CI teria nascido sob uma tradição física, durante a década de 1960 – para ser preciso, em 1962 (PINHEIRO, 1997, p. 5).

No entanto, se pensamos a CI como o complexo de movimentações terminológicas e institucionais da virada do século XIX para o XX, o que de fato, por uma margem, ela é, e menos por uma “ciência nova” e “interdisciplinar”, o que, tanto filosófica quanto operacionalmente ela não é, acreditamos que existiram outras sub-tradições, anteriores e paralelas, que influenciarão diretamente a trajetória epistemológica das manifestações seguintes e, principalmente, estão inseridas implícita ou explicitamente em seus discursos – e a CI, compreendida principalmente por aquilo que seus narradores postulam como seu nascimento, o olhar fiscalista, apresentaria-se apenas como outra sub-tradição dentro dos estudos do campo.

No contexto da política de institucionalização do neologismo “ciência da informação”, a tradição representacionista, ligada à formação bibliotecária britânica/norte-americana, de cunho tecnicista (SILVEIRA, 2007), bem como ao positivismo otletiano, será aquela que mais influenciará o enfoque físico, marcado posteriormente pela Teoria Matemática da Comunicação, ou seja, no processo de alteração de nome das escolas, institutos e faculdades de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação para Ciência da Informação, ao longo do século XX, esta tradição “parece estar” mais legitimada socialmente que a remota tradição pragmática, em geral vinculada à escola francesa, de ordem humanista-generalista, com características mais próximas da hermenêutica – conhecimento a partir da interpretação dialógica e da crítica dos textos.

A forte presença de uma filosofia representacionista nos discursos que se desdobram da bibliografia estatística, da documentação e da ciência da informação fiscalista, todos eles devedores da busca pela construção de linguagens artificiais que marca os séculos anteriores ao XIX, demonstram como estas noções partiam de princípios comuns, apenas distinguindo-se em tendências políticas. Buckland & Liu (1995) são autores que demonstram esta constatação, ao afirmarem que fazem, por vezes, o uso dos termos Documentação e CI como sinônimos, assim como Shera (1973) lembra que Documentação e Biblioteconomia, inúmeras vezes, remetiam ao mesmo significado, do mesmo modo que o próprio Jesse Shera e Suzanne Briet ampliariam as impossibilidades de concepção de uma visão disciplinar que diferenciasse Biblioteconomia, Ciência da Informação, Bibliografia e Documentação¹.

De um modo geral, observamos que a prática que atua sob o termo “ciência da informação” revela-se como uma profunda especialização dos estudos de organização do conhecimento no âmbito de uma filosofia da linguagem, concentrando, inicialmente, sua pesquisa em apenas um ramo filosófico: o campo da representação. E isto não é fenômeno do século XX, mas declaradamente do século XIX, resultado da construção das linguagens artificiais que desembocarão da filosofia para os campos que se ocupavam com a linguagem, dentre eles, a organização do conhecimento. Impressa nas práticas que partem das tradições francesa e norte-

¹ Como demonstra Galvão (1993), a inconsistência de termos que buscam representar os estudos de organização do conhecimento revela que a área se desenvolveu muito mais por uma necessidade imediata – o imediatismo e o praticalismo contra os quais a epistemologia do não de Bachelard (1974) aponta. Assim, se a Ciência da Informação teria surgido como uma área interdisciplinar, ela não consegue, no seu desenvolvimento, um determinação de limites. Nasce na interdisciplinaridade, se perde no seu interior e busca nos termos documentação e biblioteconomia, muitas vezes, sua sustentação. (GALVÃO, 1993, p. 111)

americana, resultaram nas primeiras classificações generalistas do conhecimento, que nada mais são que propostas de linguagens artificiais para dinamizar o fluxo da informação entre as sociedades afastadas no tempo e no espaço. No entanto, as resistências de outras tradições, principalmente a tradição pragmática, far-se-ão presentes, haja visto a própria Epistemologia Social, contemporânea do “falado” “nascimento” fisicalista da CI – um “nascimento” tardio, pensando que os significados que a expressão “ciência da informação” refletiam já estava em práticas e em tendências da virada do oitocentos para o novecentos. Em outras palavras, torna-se oportuno, por uma série de aparências – como o caso das transformações tecnológicas – falar em “nova área”, quando, ao contrário, o que podia ser percebido em termos filosóficos e profissionais, era apenas uma redução da amplitude de investigação de um campo para um objeto – a informação – e uma metodologia – a automatização do processamento informacional, por vezes traduzida por documática.

É sabido que a tradição biblioteconômica se divide em duas grandes sub-tradições: a Tradição Humanista, com seu pano de fundo pragmatista, tradição essa generalista, filológico-retórica, relacionada ao bibliotecário como filósofo/erudito, preocupado com a análise, crítica e transmissão dos significados dos artefatos culturais – em sua abordagem, o homem é o centro das atenções em contraposição ao teocentrismo medieval; e a Tradição Tecnicista, com seu pano de fundo representacionista, tradição especialista, vinculada ao bibliotecário como classificador, como o mediador-dinamizador, profissional voltado para o reconhecimento, a identificação e a representação objetiva dos artefatos culturais – neste enfoque, as técnicas (como as técnicas de classificação: CDD, CDU, etc.) e as tecnologias (como o próprio livro e, posteriormente, o microfilme, e, naturalmente, a oralidade, refletidos posteriormente no âmbito da automação) produzidas pelo homem são o centro, em contraposição a abstração e a vulnerabilidade do conhecimento “disperso” na mente dos sujeitos.

Desta segunda sub-tradição, a tecnicista, se desenvolverá uma outra destacada sub-tradição, ligada às bibliotecas especializadas – universitárias e industriais - que se expandiam na passagem do século XIX para o XX, no complexo percurso histórico de disciplinarização da sociedade: os homens começam a ser confinados em indústrias, faculdades, repartições públicas. A sedimentação desta tradição, preocupada com o acesso e com a informação dinâmica a partir de linguagens artificiais, dará subsídios para o florescimento de uma outra tradição dentro dos estudos de organização do conhecimento: a bibliográfica – que por vezes é interpretada, de forma oposta, como base da própria tradição biblioteconômica.

A expansão deste corpo de manifestações – uma tradição bibliográfica –, intensificada pelo aparecimento da microfilmagem – ou micro-fotografia –, fundamentará as bases para uma outra teia de manifestações. A Documentação, que em inúmeras circunstâncias de aplicação se confunde e pode ser entendida como sinônimo da tradição bibliográfica – ou conjunto de manifestações das micro e macro meta-representações descritivas –, representaria o principal veio desta abordagem. O deslocamento desta última linha da formação discursiva dos estudos de organização dos saberes conduzirá a um outro conjunto de movimentações epistemológico-políticas, conjunto em seu todo classificado hoje, de forma ambígua, como Ciência da Informação.

O sobrepor/desdobrar de definições do campo que envolve os estudos da informação e de aplicações de nomenclaturas de suas instituições realiza a desconstrução desta linearidade e nos coloca a impossibilidade de isolar os termos “biblioteconomia”, “bibliografia”, “documentação” e “ciência da informação” como áreas científicas distintas, uma vez que suas missões mais abissais são formulações conceituais e suas movimentações institucionais são, como mencionado, semelhantes, apenas variantes sendo as maneiras de abordar a organização dos saberes a partir da representação, transmissão e preservação. O uso de objetos diferenciados para

separar, no tom *definicionista*, os termos e conferir-lhes o valor de área e, por vezes, de campo científico, produziria ainda mais indeterminação, como se existisse no contexto destes fazeres o “bibliotecário”, o “documentalista”, o “bibliógrafo” e o “cientista da informação” como atores com objetos, metodologias, práticas e referenciais teóricos distintos. Os becos e travessas do campo, principalmente os periódicos científicos, demonstram esta incongruência.

Se permitimo-nos não nos preocuparmos com grandes rupturas, sob um olhar filosófico, podemos, no entanto, demarcar aquilo que chamamos de uma cisão sensível – e, mesmo assim, não necessariamente incomensurável – entre duas filosofias de fundo no pensamento informacional: uma ligada ao pragmatismo, outra ligada a uma teoria da representação. Estas duas grandes tradições identificáveis no campo podem ser divididas, como mencionado, entre pragmatista e representacionista. Esta última, vinculada à chamada Biblioteconomia tecnicista, com um pensamento fortemente marcado pelo olhar britânico-norte-americano, é também identificada na presença da Bibliografia estatística – de onde partiria a trajetória positivista bibliométrica –, da Documentação, da Ciência da Informação fisicalista e dos primeiros olhares da Ciência da Informação cognitivista. Nesta filosofia, o essencialismo é presença fundamental, pois a procura científica aqui é por uma representação acurada da realidade.

Um pensamento baseado no essencialismo parte da lógica da objetividade. Para esta filosofia da meta-ciência, a verdade é uma correspondência à realidade. Deste modo, o processo de justificação de crenças é visto como uma atividade natural – e não cultural. Assim, antes de social, esta epistemologia é uma epistemologia naturalizada (RORTY, 1997). As ciências como Física e Química estariam, por isso, mais próximas de uma análise essencialista da realidade, assim como as linhas de investigação das ciências sociais baseadas no positivismo. Em outras palavras, é uma forma de contemplar e intervir na realidade com os olhos de Deus, como observa Brier (1996), em sua crítica ao essencialismo na CI cognitivista.

O fisicalista é, antes, “alguém que está preparado para dizer que todo e qualquer evento pode ser descritivo em termos microestruturais, uma descrição que só menciona partículas elementares, e que pode ser explicada por referência a outros eventos assim descritos”. (RORTY, 1997, p. 159). Segundo Popper (1975, p. 392), o essencialismo representa a filosofia da ciência que parte de Galileu e Newton, e tem como características a busca por uma teoria ou descrição verdadeira do mundo, a partir das regularidades ou leis, e a compreensão de que, uma vez estabelecido este modelo, seu cerne define uma essência para as coisas. Desta forma, o período de institucionalização científica tem o essencialismo como filosofia estrutural. Como afirma Foucault (2002, p. 86), “existe uma disposição necessária e única que atravessa toda a epistêmê clássica: é a pertença de um cálculo universal e de uma busca do elementar a um sistema que é artificial”.

A outra tradição – foco inicial de nossa investigação –, aquela ligada ao olhar pragmatista da realidade, remonta à Biblioteconomia humanista, passa pela Bibliografia textual, e tem sensíveis semelhanças de família com as manifestações teóricas que aparecem – já sob a sombra do termo “ciência da informação” dentro dos estudos de organização do conhecimento – ao longo do século XX, como a Epistemologia Social, a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação. Diferentemente do essencialismo, o pragmatismo é estruturalmente contra o dogma do método, ou seja, é pluri-metodológico: busca responder pela diversidade de ângulos de observação que cada objeto de estudo exige. Para cada objeto específico, um método adequado. “Não há um método da filosofia, mas sim métodos” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 58). “Em lugar de representabilidade pode-se aqui dizer também: apresentabilidade num meio determinado de apresentação” (1979, p. 124). A vida não está nas palavras, mas no diálogo dos homens e seus jogos de linguagem que animam o termo. “Todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? - No uso, ele vive” (1979, p. 131).

Além disso, o anti-essencialismo do pragmatismo reorienta o papel da lógica. Esta não responde aqui pela precisão do mundo; o mundo é “menos” lógico e “mais” praxiológico para o olhar do pragmatismo (HALLER, 1990, p. 130). Dentro do pragmatismo, o conhecimento é abordado como um artesanato da linguagem: os discursos locais vão, no cotidiano, constituindo regras para constituição da compreensão da realidade. O significado dos conceitos não depende da lógica direta dos objetos aos quais designam, mas, sim, relacionam-se com os jogos – ou situações, contextos – que, por hora, praticam (WITTGENSTEIN, 1979). “Um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”; “É por isso que existe uma correspondência entre os conceitos regra e significado” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 31). Em outras palavras, “somente o contexto habitual permite que o significado surja claramente”. (WITTGENSTEIN, 1990, p. 73)

A profunda presença de uma filosofia da linguagem voltada para a representação, não só na epistemologia da organização do conhecimento, como em grande parte das ciências sociais, diretamente influenciadas pela ascensão do positivismo sobre as mesmas, fez com que, por vezes, o olhar crítico sobre a área não ultrapassasse a demarcação da representação – em outras palavras, era como se apenas esta filosofia de fundo justificasse a área. O positivismo terá ligação íntima com o essencialismo informacional. É certo que antes de se preocupar com uma instituição social – a Biblioteca, por exemplo -, o pensamento em Biblioteconomia sempre se pautou pelo estudo da representação do conhecimento: das plaquetas de argila à Classificação Decimal de Dewey, dos microfimes às ontologias. É uma razão gráfica, baseada na fixação, objetivação e conservação (AUROUX, 1998, p. 74), que alimenta a estrutura da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação e da CI na busca pela construção e instrumentalização técnica/tecnológica de linguagens artificiais. Do mesmo modo, o grande êxito da engenharia da comunicação e das teorias cibernéticas, no século XX, nos narra Oliveira (2005, p. 23), foi na representação – no contexto citado, a representação de sinais em termos matemáticos. Nas palavras da pesquisadora, “é preciso esclarecer que na ótica da Ciência da Informação, o objeto informação é uma representação. Como é uma representação de conhecimento, que já é uma representação do real, ela se torna uma representação da representação” (OLIVEIRA, 2005, p. 18).

No entanto, não é o sucesso das tecnologias em meados do século passado que funda a CI ou ainda dá subsídios para institucionalizá-la. Ao contrário, esta mutação tecnológica apenas reduz seu espectro de atuação que partia desde o século XIX, limitando o campo à representação. Em outras palavras, a presença do discurso filosófico voltado para as linguagens artificiais – que não é matéria da Segunda Guerra nos becos e travessas da organização do conhecimento, mas do século XIX e das primeiras décadas do XX, nas escolas do campo – já se fazia presente e, principalmente, atuante nas práticas de organização deweianas, otletianas e ranganathianas. Isto justifica, em primeiro lugar a aproximação, os conflitos e os intentos colaborativos de pesquisadores de diferentes áreas não no contexto da Segunda Guerra, mas ainda no âmbito do oitocentos, em torno das práticas tratadas ora por biblioteconômicas, ora por documentais. Por outro lado, justifica-se a construção do neologismo “ciência da informação” sob uma plataforma filosófica orientada para a linguagem, porém sob o ponto de inflexão representacionista, entre os pares que atuavam na pesquisa – nos programas de pós-graduação em Biblioteconomia – e no mercado – nas complexas instituições de processamento de artefatos que continham registros dos saberes humanos – ao longo da primeira metade do século XX.

Sob este ângulo, percebemos notadamente que a institucionalização do neologismo “ciência da informação”, antes de visionário e prospectivo - orientado para a fundação de uma nova ciência – é retrospectivo e demarcatório – voltado para um ato probatório de afirmação de uma área (e não campo) que não só existia como atuava com pesquisa e intervenção na paisagem social; antes de interdisciplinar, esta sedimentação terminológica é disciplinadora, no sentido de afirmar um saber/fazer estratégico do século XIX, cuja nomenclatura aguardava apenas uma solução

positivista para refletir a aura positiva já em curso desde as formulações de linguagens artificiais biblioteconômico-documentalistas do século anterior.

O discurso anteriormente mencionado demonstra como apenas a representação foi definida como ponto de inflexão sob a sombra do neologismo “ciência da informação”, demonstrando não a sua condição de grande e de aberta “ciência” que se propagaria ao longo da segunda metade do novecentos, mas como a sub-área de um campo maior, não apenas dependente das tradições representacionais, do qual a CI seria apenas uma tendência, campo vasto este deliberadamente órfão de uma nomenclatura comum, cuja fundação remonta ao oitocentos. Assim como o nascimento das “ciências da linguagem é a passagem de um saber epilingüístico a um saber metalingüístico” (AUROUX, 1998, p. 77), os estudos de organização do conhecimento são o fruto da passagem de uma epi-representação (movimento para a representação do conhecimento, como nas plaquetas de argila e nos livros) para uma meta-representação (como na fixação de classificações e expressões numéricas para agrupar plaquetas de argila e livros). No entanto, assim praticada, a CI assume-se exatamente a partir daquilo que alguns autores usam para “afastar” esta, por exemplo, da Biblioteconomia, dizendo ser a última uma técnica, e a primeira, um espaço de produção teórica e reflexão. Ao contrário, a CI, assim como se apresenta em seus “primórdios”, é que aparece como aplicação técnica de uma filosofia da linguagem formal, já presente nas escolas de organização do conhecimento – pós-graduação em Biblioteconomia - que sediavam disciplinas, departamentos e práticas posteriormente tratadas como informacionais. Estas escolas atuavam não apenas com representação, mas com transmissão e preservação, abrigando visões de mundo pragmatistas e representacionistas, como é o exemplo da tradição da escola de Chicago.

O que somos levados a crer, nas décadas seguintes a institucionalização não de um campo, mas de um neologismo, é que a expressão “ciência da informação” refletiria um macro-campo, condição que sua plataforma filosófica – inexistente no próprio discurso autocrítico de seus possíveis fundadores – simplesmente negava, atestando e lançando o aforismo publicitário epistêmico de que seu foco estava nas linguagens formais e na aproximação definitiva às tecnologias, resultados de uma tradição lógica, estes que, na verdade, apontavam para uma das bases das tradições biblioteconômico-documentalistas no trato da organização do conhecimento, fruto da aplicação das gramáticas especulativas anteriores ao oitocentos.

No quadro a seguir demonstramos o compêndio destas duas grandes tradições dentro dos estudos informacionais, carente, naturalmente, como toda tentativa de categorização, dos desdobramentos que ficam aquém dos recortes e dos critérios contextuais para sua seleção. A análise de cada um dos movimentos/tendências/abordagens, desenvolvida, em parte, na pesquisa de dissertação defendida em 2008 (SALDANHA, 2008), é ainda objeto de investigação. Naturalmente, o formato do presente documento inviabiliza a exploração de cada uma das instâncias. Nosso objetivo em apresentar a categorização é apenas provocar a reflexão e apresentar, segundo nosso recorte, sob a sombra da filosofia da linguagem, as semelhanças que compõem discursos e práticas que desembocam não apenas nas tendências filosóficas contemporâneas do campo – a saber, principalmente, os enfoques pragmatistas -, mas também colaboram para a problematização da relação entre termos e indivíduos que atuam no mercado profissional da organização dos saberes.

Macro-tradições epistemológicas dos estudos de organização dos saberes - movimentações da paisagem social epistemológica no campo segundo o olhar da filosofia da linguagem –		
Manifestações terminológicas institucionais	Tradição pragmática - pensamento retórico-filológico -	Tradição representacionista - pensamento essencialista-positivista -
Biblioteconomia	Biblioteconomia Humanista / Epistemologia rangianathiana	Biblioteconomia especializada (tecnicista) / Epistemologia deweyana
Bibliografia / Documentação	Bibliografia textual	Bibliografia estatística / Documentação
Ciência da Informação & Biblioteconomia	Epistemologia Social / Análise do Domínio / Antropologia da Informação	Recuperação da informação / Ciência da informação fiscalista (ou borkiana) / Ciência da Informação cognitivista

Quadro 1: Tradições epistemológicas dos estudos de organização dos saberes orientadas para a linguagem

Podemos delinear as tradições apontadas e suas práticas da seguinte forma:

a) Tradição representacionista: tem a linguagem como meio, logo, como representação; tem o profissional que atua com a organização dos saberes como mediador; preocupa-se com a representação acurada dos signos, tendo para isso a lógica formal e a tecnologia que desta pode se desprender como modelo ideal ao otimizar a representação e sua dinâmica; aqui, o significado é visto como representação ideal de um termo, ou sua essência. Assim, o representacionismo

comunga de um ponto de vista essencialista sobre a realidade. Busca-se aqui o significado como imagem, a imagem definitiva, com uma universalidade expressa por uma relação lógica. O conhecimento, neste olhar, é uma tentativa de representar a realidade – e os estudos voltados para organizar os saberes, vivenciados por variações terminológicas por Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação, por exemplo, devem desenvolver-se na procura pelo desenvolvimento de teorias e métodos de representação, tendo a linguagem formal como estrutura de suas investigações.

b) Tradição pragmática ou pragmatista: tem a linguagem como ação; logo, como transmissão; tem o profissional que atua com a organização dos saberes como intérprete; preocupa-se com a transmissão contextual dos signos, tendo para isso a análise de narrativas – dos discursos – como método para compreender as possibilidades de organização dos saberes; aqui, o significado é visto como o uso de um termo, ou sua ambiência ou sua vivência. Assim, o pragmatismo comunga de um ponto de vista antropológico da realidade, ou seja, só podemos compreender o mundo e as relações sociais para organizar seus patrimônios a partir da compreensão dos usos sociais que conferem significados aos artefatos e às palavras. O conhecimento aqui é a compreensão compartilhada na realidade específica de comunhão de significados e os estudos voltados para organizar os saberes, sediados historicamente, por exemplo, pelas manifestações biblioteconômicas, documentalistas e informacionais do campo, devem ser a procura pelo desenvolvimento de teorias e métodos que se aproximam da hermenêutica.

Percebe-se, como mencionado, o desligamento de um tronco de investigação que a CI sempre utiliza para se definir e se defender na ecologia científica: a organização do conhecimento. No entanto, ao contar a história da CI, parece que os memorialistas epistemológicos da área se enfeitam – para utilizar a expressão wittgensteiniana do feitiço que a linguagem nos provoca – pela grande força do termo informação no mundo contemporâneo. Daí, o recorrente aparecimento do termo no âmbito dos estudos de organização do conhecimento parece identificar o surgimento de uma “nova área” (e, mais que isto, um “novo campo”). Afirmar categoricamente, sem um olhar crítico, que a CI é um novo campo do século XX soa tão absurdo quanto aqueles que procuram afirmar que a Biblioteconomia nasceu na Antiguidade.

É flagrante que este desligamento – que chega a procurar semelhanças perdidas a partir do discurso da interdisciplinaridade entre, por exemplo, as “áreas” Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, como se fossem, *a priori*, expressões de fazeres independentes, que se sustentam sob plataformas epistêmicas e políticas diferentes – acaba financiando um jogo de ineditismos na literatura informacional, que pode ser facilmente sustentado pelo uso de Thomas Kuhn na descrição historiográfica da área. Desta forma, por exemplo, quando “teria” surgido uma Ciência da Informação influenciada pela Teoria Matemática da Comunicação, que especializa e reduz a multiplicidade de olhares sobre a dinâmica social da organização do conhecimento, parece ser esta uma história distante daquela área, quando vemos um aparente recuo na amplitude de olhares que estas investigações já haviam proposto, ou afunilamento das propostas de Paul Otlet e Ranganathan para o campo, ou, ainda, especialização dos estudos da Bibliografia, distanciando esta do olhar interpretativo da Bibliografia Textual.

Considerações finais

Percebe-se como as políticas de acessibilidade e de automação dos processos de indexação em geral partem de uma filosofia representacionista: querem dar acesso, e fazem uso cada vez maior

das tecnologias da informação e da comunicação para tal; envolvem, por isso, profissionais historicamente ligados a uma tecnociência – impera aqui o método científico clássico. Estas políticas buscam uma linguagem essencial, uma linguagem comum, que possa atingir, sem ruído, o maior grupo de indivíduos. Temos, aqui, os estudos do silêncio, isto é, o controle do ruído como possibilitador/gerador do saber. A verdade é vista, neste ângulo, como correspondência à realidade, e o sujeito é separado do objeto, pois sem este afastamento a verdade se contaminaria dos significados contextuais, do alarido corrosivo, deixando de ser representação acurada.

Aqui a certeza é o horizonte - e a incerteza um entrave. Por isso, a epistemologia é vista em sua acepção clássica: a busca pela verdade. Esta tradição responde pela tentativa de fundamentar a organização dos saberes como atividade semelhante ou íntima das ciências naturais. Nesta medida, ela propõe a natureza como organização ideal, logo, através da determinação de linguagens ideais ou busca por generalizações – Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal -, a partir de leis e fórmulas universais – leis bibliométricas, Teoria Matemática da Comunicação, teoria dos estados anômalos - somos regidos de forma harmônica. A verdade científica é uma verdade “natural”. No âmbito dos estudos voltados para organização dos saberes o termo informação tornou-se, no século XX, a principal ferramenta para justificar científica, social e institucionalmente uma filosofia representacionista.

Percebe-se como as políticas de construção de bibliotecas comunitárias e as abordagens folksonômicas da organização dos saberes partem de uma filosofia pragmatista: querem fomentar a produção e o compartilhamento de saberes locais, a partir de elos com práticas comunicacionais, e fazem uso cada vez maior de “métodos” retirados das relações sociais, envolvendo menos cientistas e profissionais, e mais atores da própria comunidade abordada. Busca-se uma linguagem compartilhada deste grupo social, a sua linguagem primitiva e seus ruídos (WITTGENSTEIN, 1979). Parte-se de um olhar ligado a uma antropociência – imperam aqui os múltiplos métodos, compreendendo não apenas a comunidade científica como produtora de conhecimentos, mas também as demais comunidades dispersas pela sociedade. Trata-se de um estudo do alarido, a musicalidade viva e dinâmica do cotidiano. A verdade é vista, neste ângulo, como ação construída na realidade social, pois o sujeito e o objeto não podem ser separados. Aqui a incerteza é um caminho ao conhecimento e a certeza a impossibilidade de continuar percorrendo o mesmo. Por isso, a epistemologia é vista em sua acepção social: a busca pela compreensão de uma comunidade específica. Esta tradição responde pela tentativa de fundamentar a organização dos saberes como base das ciências sociais.

Nesta medida, ela propõe as relações sociais como caminho para se conhecer os possíveis graus de organização do mundo, negando a possibilidade de uma organização ideal, partindo do reconhecimento de narrativas – jogos de linguagem – para compreender o social, tratando assim o mundo como complexo de culturas, assim como, *a priori*, propõem a Biblioteconomia erudita, a Bibliografia textual, a Epistemologia Ranganathiana, Epistemologia Social, a Antropologia da Informação e a Análise do Domínio. A verdade – até mesmo a científica – é cultural. No âmbito dos estudos voltados para organização dos saberes, o grande avanço do positivismo sobre as ciências sociais em geral, teve, dentre outras conseqüências, um afastamento das discussões acerca de um olhar pragmatista sobre a realidade, tomando, por vezes, esta linha de pensamento – este pano de fundo - como anulada. É exatamente esta uma das causas mais sensíveis de nossa viagem: reavaliar a aparente anulação.

Identificamos que ambos os pontos de vista que se sustentam na filosofia da linguagem, estruturalmente antagônicos, caminham juntos na epistemologia e nas práticas da área – e sob estes panos de fundo os termos ciência da informação, biblioteconomia, bibliografia e documentação são, muitas das vezes, estranhamente tratados como “ciências” ou “disciplinas científicas”, ou ainda “áreas”, com desenvolvimentos particulares, levando-nos a) a classificar

tendências e posicionamentos (ora institucionais, ora individuais) como paradigmas, b) a desenvolver relatos históricos de cisão, propondo hierarquizações entre esses fazeres.

Procuramos demonstrar, com estas duas filosofias de pano de fundo, que determinadas confusões terminológicas contemporâneas são, em certa medida, resultado da adoção de uma historiografia de curta duração. Isto leva até alguns problemas epistemológicos, como a duplicação de significados a partir de termos novos e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de revoluções/rupturas quando, ao contrário, estamos vivenciando movimentações circulares sobre sólidas permanências, quando não, recuperando e/ou aprofundando determinadas questões. O conceito de informação, por exemplo, já era um objeto dos estudos voltados para organização dos saberes, porém não sob a imagem do significante *informação*. As abordagens sociológicas e antropológicas sempre fizeram parte da organização do conhecimento, porém sob diferentes noções e propostas teórico-metodológicas que não as contemporâneas. Ler o campo sob o olhar da filosofia da linguagem conduz-nos a uma visita aos núcleos de nosso saber/fazer, antecipando os posicionamentos políticos – de escolas, de departamentos e de pesquisadores -, as pressões do tempo social – principalmente aquelas ligadas à tecnocultura - e os discursos do inédito – fomentados pelas inovações tecnológicas, e não por suas apropriações -, instâncias que desenham nossas movimentações, mas não podem ser tomadas como referência universal para afirmar o que uma ciência foi, é ou deixa de ser.

Artigo recebido em 21/06/2010 e aprovado em 12/07/2010

Referências

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300003&lng=&nrm=iso&tlng=>. Acesso em: 23/06/07.

AUROUX, Sylvian. *A filosofia da linguagem*. (Coleção Repertórios) Campinas: ed. UNICAMP, 1998..

BACHELARD, G. A filosofia do não. In: *BERGSON, Henri. Cartas, Conferências e outros escritos; BACHELARD, G. A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. (Os pensadores, 38). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BORKO, H. Information science: what is it?. *American Documentation*, jan, 1968.

BRIER, Soren. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 3, p. 296-344, sep. 1996.

BUCKLAND, Michael K.; LIU, Ziming. History of information science. *Annual review of information science and technology (ARIST)*, v. 30, p. 386-416, 1995.

CAMPOS, Maria Luiza de A.; GOMES, Hagar E. Organização dos domínios do conhecimento e os princípios rangenhatianos. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: International Conference For The Celebration Of 20th Anniversary Of The Department Of Information Studies, University Of Tampere, Finland. 1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p.82-96.

_____. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: Carl Mitcham (Ed.). *Metaphysics, Epistemology and Technology*. Research in Philosophy and Technology, vol. 19. New York: Elsevier, p. 79-85, 2000. Disponível em: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 18/07/07.

_____. Epistemologia y ciencia de la información. In: encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 5, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2002. (Coleção Trópicos).

GALVÃO, Maria Cristiane B. Os conceitos dos termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Rev. Bras. Bibliotec. e Doc.*, São Paulo, v. 26, n. 1 / 2, p. 100-114, jan./jun. 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

_____. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.

_____. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare: caderno do progr. de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996b.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: ensaios filosóficos*. Coimbra: Almedina, 2004.

HALLER, Rudolf. *Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões*. Tradução Norberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: ed. USP, 1990.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995.

LARA, M. L. G. de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução Waltensir Dura. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- MOSTAFA, S. P. O artigo de ciência como fato e artefato cultural. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 68-80, dez. 2004.
- NOVELLINO, Maria Sallet F. A teoria da ação comunicativa e a representação da informação. *Informare: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-79, jul./dez. 1996a.
- _____. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Inf. Inf.*, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996b.
- _____. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.
- OLIVEIRA, Marlene de. Origem e evolução da ciência da informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e novos espaços de atuação*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005. (Didática) p. 9-21.
- PINHEIRO, Lena Vânia R. *A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. 278 f. Tese. (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- POPPER, K. R. A lógica da investigação científica. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In: *Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R. Coletânea de textos*. São Paulo: ed. Abril, 1975a. (Os pensadores, XLIV) p. 263-384.
- RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.
- ROBERTS, Norman. Social considerations towards a definition of information science. *Journal of Documentation*, v. 32, n. 4, p. 249-257, dec. 1976.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 294 p. (Escritos Filosóficos, 1).
- SALDANHA, G.S. Viagem aos becos e travessas da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008. 337 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
- SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory of librarianship and information science. *Ci. Inf.*, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.
- SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado). Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 2^o ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).